

# Apresentação

Nas duas últimas décadas, o estado do Ceará tem sido palco de um conjunto de iniciativas políticas no setor da educação que conferiram novos contornos à pesquisa sobre o tema. No contexto de um programa de reformas educacionais, diferentes objetos de investigação passaram a mobilizar pesquisadores interessados em compreender tanto as lógicas subjacentes aos novos modelos de política quanto seus resultados e efeitos sobre a gestão educacional. Tal movimento ratifica que, ao tomar as iniciativas governamentais como objeto de análise, o campo de pesquisas em política educacional é mobilizado pelo interesse em verificar se e de que maneira, essas iniciativas concretizam o princípio constitucional do direito à educação.

Esta edição da Revista Docentes (Volume 11, nº 45) constitui um dossiê dedicado ao tema Política e gestão educacional no Ceará: modelos, práticas e resultados. A motivação para esta publicação justifica-se pelas políticas educacionais implementadas no estado do Ceará nos diferentes níveis e etapas de ensino. A proposta do dossiê também se fundamenta no crescimento das pesquisas sobre o tema desenvolvidas nas instituições de ensino cearenses, impulsionado pela expansão das instituições de ensino superior públicas no estado, pela consolidação e a criação de grupos de pesquisa e pela crescente vinculação de pesquisadores a entidades científicas. Esses aspectos, aliados ao fortalecimento da pós-graduação em Educação, têm contribuído para ampliar as reflexões e as análises sobre as políticas educacionais em curso.

A análise de políticas educacionais, para além de desvendar dimensões muitas vezes escusas nos processos de formulação e implementação, também pode contribuir – e é isso que se espera – para o aperfeiçoamento da ação governamental, uma vez que, ao serem submetidas ao escrutínio da academia, sob o crivo dos métodos científicos disponíveis, os resultados contribuem para o aprimoramento das políticas em implementação.

Neste número, são apresentados 16 artigos que exploram a política e a gestão educacional no Ceará, com foco no regime de colaboração, nas políticas de avaliação em larga escala e nos desafios da gestão escolar. Em comum, os artigos aqui reunidos contribuem com a expansão das fronteiras do conhecimento em torno da articulação entre a gestão, o financiamento e o acompanhamento pedagógico, sobretudo no âmbito das redes municipais de ensino.

No artigo Regime de Colaboração no Ceará: órgãos intermediários e atuação nos municípios, é analisado o papel das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (Credes) como órgãos intermediários na governança da política educacional, em que os burocratas de médio escalão medeiam as políticas estaduais nos municípios, consolidando uma gestão por resultados. Regime de Colaboração no Ceará: entre a cooperação federativa e os mecanismos de regulação e indução educacional discute como o Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic) opera sob uma lógica verticalizada de controle, onde o estado conduz as redes municipais através do Spaece e de estímulos fiscais, fomentando a política de gestão por resultados e iniciativas de *accountability* em educação. Já o artigo Federalismo, descentralização e regime de colaboração: o exemplo do estado do Ceará com o Prêmio "Escola Nota Dez" examina o prêmio como um mecanismo que combina competição (jogo de soma zero) com cooperação técnica, através do "apadrinhamento" entre escolas de alto e baixo desempenho.

A política de transporte escolar é analisada no artigo *Desafios persistentes: o transporte escolar no Ceará* e revela um cenário crítico, em que 70% dos veículos escolares não possuem autorização para circular, apontando falhas graves na gestão, na fiscalização e no financiamento dessa política suplementar, o que certamente se coloca como um problema urgente para a agenda política do Estado. O artigo *Política para a primeira infância e governança colaborativa no Programa Mais Infância Ceará* investiga a expansão de parcerias com fundações privadas no suporte à educação infantil, discutindo os riscos dessa governança colaborativa para a autonomia municipal.

Em *Financiamento e desempenho educacional: evidências do ICMS como instrumento de incentivo aos municípios* são utilizados modelos econômicos para demonstrar que o rateio do ICMS baseado em resultados é mais eficaz para induzir o esforço dos gestores do que modelos baseados apenas em insumos. Este estudo é complementado pelo artigo *Equidade e repasse do ICMS educacional entre municípios cearenses*, que faz uma crítica a fórmula atual do Índice de Qualidade Educacional (IQE) por não incluir o tamanho da rede escolar ou indicadores de pobreza, o que acaba favorecendo municípios menores e mais consolidados em detrimento das grandes redes vulneráveis.

O artigo *Percepções e expectativas dos professores sobre os alunos compara Fortaleza e São Paulo*, constatando que, embora os docentes ainda atribuam dificuldades ao meio social, o modelo cearense tem conseguido elevar a expectativa positiva sobre a trajetória de aprendizagem dos alunos. Em *Formação de gestores escolares no Ceará*, é traçada a evolução do perfil do diretor escolar, que migrou de uma gestão democrática estabelecida nos anos 1990 para um modelo híbrido que incorpora a liderança pedagógica baseada em evidências e resultados nas escolas da rede estadual.

O tema da avaliação é o objeto do artigo *Avaliação diagnóstica como ferramenta de intervenção pedagógica: um estudo aplicado ao Sistema Avalia*, que estuda o desempenho em Matemática de alunos do Ensino Médio, identificando que 96% dos estudantes apresentam déficit de aprendizagem, o que aponta para a urgência de estratégias de recomposição de aprendizagem.

Os municípios de Crato e Juazeiro do Norte são objeto de estudo do artigo *Prêmio Escola Nota Dez em uma escola do município do Crato-CE*, que analisa as contradições de uma escola premiada que alcança bons resultados no Spaece apesar de possuir graves limitações infraestruturais (como falta de água constante e biblioteca) e a não institucionalização da política municipal de avaliação de Juazeiro do Norte que discute como a descontinuidade política impediu a criação de um sistema de avaliação próprio, deixando o município dependente das induções do governo estadual.

Entre os indicadores e o direito à educação: limites do Spaece na política educacional cearense problematiza a redução do conceito de "qualidade" a métricas do Spaece, argumentando que isso esvazia a dimensão social e emancipatória do direito à educação. Já o artigo *A formação continuada do Programa Foco na Aprendizagem* relata a percepção de professores de Língua Portuguesa que, embora valorizem a formação, sentem falta de uma maior participação e diálogo na construção das pautas formativas.

Para encerrar o leque de reflexões apresentadas no Dossiê, o artigo *As repercussões da Nova Gestão Pública na trajetória dos docentes da base técnica da Educação Profissional* chama a atenção sobre a precarização do trabalho docente nas Escolas Estaduais de Educação Profissional, onde os professores da base técnica são contratados via Organizações Sociais, gerando instabilidade salarial e vínculos frágeis; e o artigo *Entre o direito e a invisibilidade: as extensões de matrícula da rede estadual do Ceará* investiga as turmas de Ensino Médio localizadas em distritos rurais, chamadas anexos escolares ou extensões de matrículas, cuja matrícula é efetivada numa escola sede, invisível nos dados oficiais e que embora o Estado assegure o direito à educação aos jovens das comunidades, o faz mediante condições de acesso e tratamento com

alto grau de precariedade seja de infraestrutura, seja no atendimento com programas suplementares como merenda escolar, livro didático e outros.

Essas produções representam um esforço da Academia para a política educacional do estado do Ceará e ao mesmo tempo, mostra a qualidade da produção acadêmica dos pesquisadores locais.

Desejamos boa leitura a todos(as)!

Anderson Gonçalves Costa  
Eloisa Maia Vidal